

## ATA DE REUNIÃO

OBJETIVO	Reunião do Comitê de Gestão de Pessoas
DATA	06 de fevereiro de 2026
LOCAL	Videoconferência
COORDENADOR DA REUNIÃO	Marcos Henrique Bezerra Cabral
PROAD	896/2021

### PRESENTES

NOME	ÁREA
Maria Aparecida Ferreira Jerônimo	Juíza Auxiliar da Presidência
Marcos Henrique Bezerra Cabral	Juiz do Trabalho Substituto
Cezar Alberto Martini Toletto	Juiz do Trabalho Substituto
Ozéas de Castro	Juiz Auxiliar da Corregedoria
Carlos Alberto Pereira de Castro	Juiz do Trabalho - convidado
Fernanda Gomes Ferreira	Diretora-Geral
Fabiana Vieira de Linhares	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas
Gustavo Bestetti Ibarra	Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
Carmen Rodrigues Schmidt da Veiga	Coordenadora da COGEF
Dolores Cunha de Amorim Santos	Coordenadora de Saúde
Rafael Dias Medeiros	Servidor lotado no GD-ACL
Rubens Menezes Rau	Servidor lotado na 3ª VT de Itajaí
Letícia Danielewicz de Sousa	Unidade de Apoio Executivo do Comitê

## ASSUNTOS TRATADOS / DELIBERAÇÕES

O Comitê de Gestão de Pessoas reuniu-se para a 2ª reunião de sua nova composição, designada pela Portaria SEAP n. 118/2025.

Dr. Marcos Cabral, Coordenador do Comitê, cumprimentou a todos e deu as boas vindas ao Dr. Ozeas, que não pode estar presente na reunião anterior. Lembrou, como lá decidido, que a pauta seria a apresentação dos dados atualizados de déficit de pessoal e regras para reposição, a situação das unidades com servidores com deficiência, o uso da tecnologia e possível revisão de estruturas.

A Diretora da SGP, Fabiana Linhares, então passou à apresentação das informações, ressaltando que os dados referem-se ao mês de dezembro/2025, pois ainda não foi atualizada a situação da lotação paradigma e de déficits, mas que isso deve ocorrer em breve e na próxima reunião já devemos dispor de dados mais atualizados. O Diretor da SEGEST, Gustavo Ibarra, observou que há uma estimativa de déficit superior a 20 servidores no 1º grau, considerando a média de processos do último triênio.

Fabiana apresentou a situação do quadro de pessoal do TRT-SC, destacando os cargos vagos e ocupados de acordo com a carreira (magistrados, analistas, técnicos e auxiliares), diferenciando também, entre os cargos ocupados, os que estão em exercício no Tribunal e os que estão em exercício em outros órgãos:

CARREIRA	OCUPADOS		VAGOS	TOTAL
	Exercício no TRT12	Exercício em outros órgãos		
Magistrados	130	0	4	134
Analistas Judiciários	566	13	29	608
Técnicos Judiciários	878	24	112	1.014
Auxiliares Judiciários	4	0	2	6

<b>1.628</b>	<b>134</b>
Cargos de Servidores	Cargos de Magistrados

Lembrou que os cargos vagos decorrentes de aposentadoria e de falecimento com instituição de pensão não podem ser providos, apenas os decorrentes de vacância e exoneração.

Demonstrou a situação da força de trabalho por cargo e por gênero, lembrando que entram nessa conta os servidores de outros órgãos em exercício no Tribunal:

Cargo	Homem	Mulher	Total
Servidores Efetivos	787 (54%)	661 (46%)	1.448
Exercício Provisório	1 (20%)	4 (80%)	5
Comissionados	0 (0%)	1 (100%)	1
Removidos	23 (59%)	16 (41%)	39
<b>Total</b>	<b>811 (54%)</b>	<b>666 (45%)</b>	<b>1.493</b>

Apresentou também a situação da força de trabalho por área de atuação:

Conforme Resolução CNJ nº 219/2016, a força de trabalho é distribuída em **áreas fim** (unidades de 1º Grau e 2º Grau e apoio direto) e **área meio** (unidades de apoio indireto)



Trouxe o número de vacâncias ocorridas em 2025 e a quantidade de provimentos autorizados pelo CSJT no mesmo período, concluindo que o principal desafio da gestão de pessoas é o desequilíbrio de vagas. Destacou que em dezembro o Tribunal estava com um déficit de 143 servidores e que a situação pode ainda se agravar caso confirmada a projeção de aposentadorias até o final de 2026:

Cargos autorizados em 2025:	50 Vacâncias em 2025:	Projeção Dezembro 2026:
<ul style="list-style-type: none"><li>5 novos provimentos autorizados pelo CSJT</li><li>12 vacância de cargos para posse em outro cargo público (provimento imediato)</li></ul> <b>TOTAL DE 17 PROVIMENTOS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>11 para área fim</li><li>6 para área meio</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>2 magistrados</li><li>48 servidores (12 permitindo provimento imediato)</li></ul> <b>Déficit total de servidores em dez/2025:</b> 143, o que corresponde a quase <u>10% da força de trabalho de servidores</u> <b>Déficit total de magistrados:</b> 4, o que corresponde a quase 3% da força de trabalho de magistrados.	Déficit pode ser elevado até 382 vagas totais em dezembro de 2026, caso servidores e magistrados que já implementaram ( <b>198</b> ) ou que venha a implementar ( <b>41</b> ) o direito à aposentadoria requeiram o benefício

A Diretora-Geral, Fernanda Ferreira, destacou que o novo valor de AQ pode estimular o interesse em aposentadoria para quem não migrou para a previdência complementar, aumentando as chances de confirmação de vários pedidos.

Fabiana passou a apresentar o funcionamento do Comitê de Movimentação. Explicou que o colegiado é formado por representantes de diversas áreas do Tribunal, juízes auxiliares e juiz de metas, e apresentou os critérios de análise utilizados nas reuniões semanais:

## Critérios de Análise

### Déficit da Unidade

Avaliação da necessidade de reforço de pessoal em cada unidade

### Previsões de Aposentadorias

Mapeamento de servidores próximos à aposentadoria

### Afastamentos Prolongados

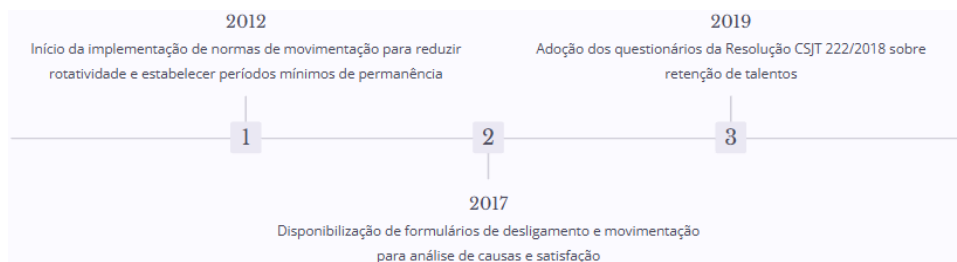
Controle de servidores em licenças de longa duração

### Equalização

Equilíbrio entre unidades do mesmo foro

Em 2025, realizadas **37 reuniões** do Comitê, resultando em **23 editais** de remoções internas, na busca da promoção de equidade e equilíbrio institucional.

Por fim, apresentou a Política de Retenção e Rotatividade do Tribunal e sua evolução desde 2012:



Após, foram debatidos assuntos introduzidos na reunião anterior:

Dra. Maria Aparecida Jerônimo, Juíza Auxiliar da Presidência, e Fernanda destacaram a preocupação da nova gestão em trazer soluções por meio do uso da tecnologia, tão importante nesse contexto anteriormente apresentado.

Fernanda mencionou algumas outras iniciativas da Administração, que já estão em andamento, como a criação de um programa específico de saúde mental, coordenado pela SAUDE e pela SGP, com ações integradas das duas áreas, e a construção de uma política de reconhecimento, sob a coordenação da SGP. Mencionou ainda, que a Presidente vai analisar a situação do Tribunal, de forma global, antes de iniciar reestruturações em áreas específicas.

Gustavo avaliou que as prioridades da nova gestão estão claras: engajamento, saúde mental, tecnologias, e informou que a SEGEST está estruturando dentro do Conexão Estratégica. Nesse sentido, reforçou o pedido para que todos respondam a pesquisa que será lançada, que servirá como uma escuta ativa, sendo um momento importante de participação.

Fabiana reforçou que em relação à Gestão de Pessoas, dentro do Conexão Estratégica, os temas serão estes que estão sendo discutidos no Comitê e que já estão sendo elaborados estudos voltados para isso.

Dr. Ozéas de Castro, Juiz Auxiliar da Corregedoria, reforçou a preocupação com o cenário da força de trabalho do Tribunal e com a sobrecarga e o esgotamento dos servidores. Mencionou algumas iniciativas para ajudar, como a equalização e a cooperação remota, que já vem ocorrendo.

Salientou que a Inteligência Artificial é um ótimo caminho e que é importante o estabelecimento de regras para que se possa utilizá-la com segurança, inclusive com o oferecimento de treinamento e elaboração de manual, e que para isso áreas como a SETIC e a SEGEST devem ser envolvidas, assim como a Escola Judicial. Reforçou que deve haver o estímulo ao uso das IAs abertas, pois, apesar de o CSJT proibir a produção de IAs próprias, não veda o uso das existentes. Assim, concluiu, podemos debater o uso dentro dos princípios da Resolução nº 615/25 do CNJ. Lembrou que o Notebook LM está inserido no contrato do Tribunal com a Google, mas que as pessoas muitas vezes não sabem nem onde encontrá-lo.

Dr. Marcos sugeriu um trabalho de mapeamento e melhoria de processos de trabalho e reforçou a preocupação com as informações sobre a situação do quadro de pessoal apresentada pela Fabiana. Consultou, também, sobre a possibilidade de ser feita alguma gestão junto ao CSJT para buscar soluções.

Dra. Maria Aparecida respondeu que houve o contato e que o Presidente do Conselho foi claro em afirmar que não há possibilidade de cargos. Diante disso, entende que devemos trabalhar com soluções caseiras.

Fabiana lembrou que esse mesmo recado foi transmitido no Encontro de Diretores de Gestão de Pessoas no final do ano, em Brasília, onde também houve o estímulo, por parte do Conselho, ao uso das IAs e à otimização de processos, com uso de robôs, inclusive.

Gustavo informou que está havendo um esforço coletivo para a revogação do Ato nº 41/2025 do CSJT, que veda o uso das IAs. Informou ainda que também há previsão de liberação do API do Chat-JT, o que deverá reduzir a poluição existente, permitir a utilização de todo o arcabouço que já existe combinado com o Google, além de reduzir cliques. Salientou que está esperançoso nessa solução.

Destacou, em relação ao Notebook LM, a necessidade de confirmar se está incluído para todos no licenciamento do Tribunal e que temos que estar preparados para um eventual impacto orçamentário no upgrade de licenças.

Dr. Marcos afirmou que observou em uso recente uma diminuição da poluição no Chat-JT. Avaliou que houve uma melhora, de forma geral, e que seria interessante selecionar o que é útil para as rotinas e começar a fazer treinamentos mais periódicos, com recomendação de participação.

Dolores Santos, Coordenadora de SAÚDE, informou que atualmente predominam os afastamentos com CID F, relacionados à saúde mental. Destacou a importância da escuta, já que os servidores são os mais capacitados a dizer o que está causando a sobrecarga, e que eles precisam saber que a Administração está preocupada com a saúde deles.

Fernanda levantou a preocupação com o teletrabalho, que, em alguns casos, vem ocasionando sobrecarga aos demais, e sugeriu fazer algo articulado com o Subcomitê de Teletrabalho.

Salientou que de alguma forma o Conselho tem que nos ajudar e nos dar caminhos, daí a importância das Comissões.

Dr. Marcos sugeriu que o Tribunal pensasse em formas mais ágeis de remoção, como a possibilidade de o servidor fazer uma candidatura prévia para a lotação de interesse, com conhecimento da lista de interessados. Sugeriu também que os juízes possam acessar a lista de pessoas habilitadas para os cargos que exigem capacitação específica.

Fernanda respondeu que o Tribunal já adotou esse método de inscrição prévia, e explicou que o resultado não foi o esperado, pois a pessoa ao entrar em exercício na unidade já declarava sua intenção de não permanência, havendo muita reclamação principalmente por parte dos juízes. A partir de determinado momento, quando diminuiu a velocidade das remoções, explicou, o sistema ficou ainda mais complexo, com reclamações generalizadas. O Tribunal, então, passou a estudar outros métodos e chegou-se ao modelo atual, com Edital, que vem se mostrando o mais eficiente.

Em relação à possibilidade de acesso à relação de pessoas habilitadas, informou que o Tribunal contava com essa ferramenta, chamada Banco de Talentos, que se perdeu com as alterações de sistemas.

Carmen Veiga, Coordenadora da COGEF, explicou que o sistema PROGECOM possui o módulo Banco de Talentos, que não foi adotado ainda no Tribunal porque nas fases de teste não funcionou adequadamente. No momento, a notícia é de que houve melhorias e, dessa forma, haverá uma reavaliação.

Dr. Carlos Alberto Castro sugeriu que a adoção do modelo de Residência Jurídica poderia ajudar o Tribunal em relação à situação de quadro defasado. Ressaltou que se trata de um modo de estágio, com aproveitamento de mão de obra qualificada, não só de graduação, mas também de pós-graduação. Destacou que o sistema é regulamentado pelo CSJT e adotado nos TRT3 e TRT4. Dessa forma, sugeriu a verificação do funcionamento junto a esses órgãos.

Fernanda informou ter tido conhecimento de que a resolução havia sido suspensa.

Fabiana confirmou e lembrou que eventual adoção dessa medida também traria impacto orçamentário, uma vez que a bolsa de pós-graduação é mais alta que a de graduação.

Dr. Marcos esclareceu que o CNJ ratificou a decisão do CSJT de suspender o programa de Residência Jurídica, aplicando-se apenas à Justiça do Trabalho.

Nada mais havendo a tratar, colocou-se à disposição para discutir outras eventuais propostas e a reunião foi encerrada.

## FECHAMENTO DA ATA

DATA	NOME DO REDATOR	CONTATO
11-02-2026	Letícia Danielewicz de Sousa	3216-4223